

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E A ESCOLA

Autor (1) LIMA, Protazio de Oliveira; Co-autor (1) SILVA, Francisco José Dias da; Orientador (2) SILVA, Francisco José Dias da.

*Universidade Estadual da Paraíba
(protazio.popo@hotmail.com; franjosedias@yahoo.com.br)*

Resumo: Vários estudos têm apontado uma carência em relação ao debate sobre política em sala de aula, bem como a falta de interesse dos alunos pelo mesmo. O presente trabalho, em forma de um artigo científico, tem como objetivo verificar se o tema *política* vem sendo discutido pelos professores nas salas de aula do ensino médio na cidade de Araruna-PB. Política é uma forma de o cidadão se organizar em sociedade e esta encontra-se estruturada por meio de relações políticas que não se limita, apenas, às políticas partidárias; é de fundamental importância que as escolas tratem sobre o assunto em sala de aula. No país, atualmente se apresenta alguns retrocessos para com a formação crítica dos alunos advindas nas reformas educacionais vigentes; projetos de lei como o Escola Sem Partido visam coibir a discussão sobre política em sala de aula, levando os alunos a não terem um senso crítico sobre política. A Nova Reforma do Ensino Médio também vai colaborar para um analfabetismo político, extinguindo componentes curriculares, como História e Geografia, classicamente conhecidas como essenciais para uma leitura de mundo e de sujeito. Este artigo está fundamentado em autores, como: Buffa (2000); Saviani (2000); dentre outros, que dão a fundamentação científica necessária. No percurso metodológico, este estudo se caracteriza pela pesquisa do tipo *quali-quantitativa descritiva*, sendo bibliográfica e de campo, em conformidade com Minayo (2010). Ao analisar os seus resultados, verifica-se a importância de se ter um ensino que abranja o conhecimento político de uma forma mais ampla, com liberdade de pensamento e expressão para todos os cidadãos.

Palavras-chave: escola, política, ensino.

INTRODUÇÃO

A gestão democrática do ensino público, instituída a partir da Constituição Federal de 1988 e, em 1996, pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394, introduz um novo tipo de organização da gestão escolar, calcado nos princípios da democracia, autonomia e construção coletiva, em oposição ao caráter centralizador e burocrático que vinha conduzindo esse campo. O reconhecimento da função política da escola frente aos rumos da sociedade, na luta pela democratização do país, retoma a questão da democratização da escola pública, não apenas pelo viés de seu acesso, mas também pela democratização das práticas desenvolvidas em seu interior. Segundo Cunha (1987, p.6, citado por DRABACH, 2009, p. 274-275).

Uma relação que existe desde os tempos áureos da Filosofia, onde a ideia de cidadania está vinculada à democracia, ou mais precisamente a vida na *polis* (a cidade-estado grega), embora, contraditoriamente, essa forma de governo na Grécia Antiga excluía das decisões políticas 90% de

sua população, já que apenas 10% eram considerados cidadãos de fato (WOLF, 1996). Mas é nesse contexto que surge a necessidade de nos organizarmos politicamente, eleger representantes para tomar decisões, administrar de uma forma geral o país, o Estado, a cidade, a escola e até mesmo nossa casa, já que política abrange diversas áreas da nossa sociedade.

Para Aristóteles, o homem é tanto um ser racional quanto um animal político cuja virtude (*areté*) consiste precisamente no exercício de sua cidadania, e para o qual deve ser educado politicamente. Além do mais, os futuros políticos estão dentro da sala de aula, e estes precisam mais do que ninguém de uma boa educação política.

Essa visão permanece viva na mente de filósofos da modernidade, como o filósofo do Iluminismo francês Jean-Jacques Rousseau e essa ideia reina até hoje, já que o ser humano desfrutam da política para se organizar em sociedade. Liberdade e Igualdade são questões centrais discutidas e defendidas no Estado-nação, no qual está compreendida a visão de cidadania moderna.

Rousseau pensa a sociedade como uma agregação de indivíduos e a educação como necessária à formação do cidadão livre e, ao mesmo tempo, sujeito às leis. Em decorrência, seu ideal educativo [...] preocupa-se com que o indivíduo esteja preparado para participar da vida política (RIBEIRO, 2002, p. 119).

Neste texto introduziremos uma discussão que vem sendo dissimulada por uma ideologia capitalista que diz: “política é política e educação é educação”, ou mesmo “vamos nos preocupar com as disciplinas pertinentes; a política só interessa aos governantes”, “devemos ser imparciais”, os professores não têm que se preocupar com política; o que devem fazer é cumprir com suas obrigações”; entre tantos outros bem conhecidos.

Muitas vezes imaginamos que fazer política é algo restrito aos governantes, partidos e sindicatos e devemos fechar nossos olhos e deixar que eles tomem conta de tudo, no entanto, a política está presente em todas as esferas da sociedade: na família, na escola, na igreja, no ambiente de trabalho, por isso é importante que tenhamos conhecimento sobre política na escola para sabermos nossos direitos e deveres como cidadãos e escolhermos nossos representantes.

Desta forma, propostas de educação política na escola precisam dar atenção a temas como: Noção básica de democracia; conceito de cidadania; história da política (no Brasil e no mundo); direitos e deveres do cidadão; funções de cada um dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário); funções de cada um dos cargos políticos; responsabilidades específicas de cada nível

federativo (municipal, estadual e federal); processo legislativo (como se faz uma lei); sistema eleitoral; mídia e política; entre outros no mesmo sentido.

A escola além de exercer a função de formar profissionais para atuar no mercado de trabalho, também exerce uma função, que é de extrema importância, de educar o cidadão politicamente para atuar na sociedade e para o exercício da cidadania, tendo em vista uma educação mais libertadora e democrática. Defendemos aqui uma escola autônoma, corroborando com (VEIGA, 2006, p. 19), que não seja controlada pelo estado e nem por qualquer órgão público, que mostre a realidade dos fatos, mas deixe seus alunos tirarem suas próprias conclusões.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo verificar se o tema *política* vem sendo discutido pelos professores nas salas de aula do ensino médio na cidade de Araruna-PB, visando mostrar a importância da discussão do assunto nas escolas.

Nesse sentido, são objetivos específicos:

- Verificar a concepção que os alunos do ensino médio da cidade de Araruna têm sobre política;
- Analisar se o tema política tem relevância para os alunos do ensino médio;
- Perceber o nível de aceitação da nova Reforma do Ensino Médio.

1 A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO POLÍTICA

Neste capítulo discutiremos o processo de formação dos indivíduos, no que tange às políticas educacionais, e pensar numa educação formadora de opiniões próprias, todavia, fica a pergunta: *como uma escola estatal, controlada pelo governo, poderá contribuir para uma educação libertadora, formadora de opiniões próprias, que possa contrariar os interesses do mesmo?*

Chegamos à modernidade e a visão de cidadania e os direitos do cidadão vão se afastando das salas de aula da rede pública, contribuindo para uma dualidade escolar patrocinada por uma ideologia neoliberal que só favorece a burguesia. Cada vez mais querem ofuscar nossos direitos, como podemos reivindicá-los se não os conhecemos? Estamos fazendo o papel de fantoches numa sociedade alienadora que quer transformar a escola, que é o único aparelho despertador do pensamento crítico, num efetivo instrumento de controle social.

A quantidade de assuntos que podem ser trabalhados no contexto da Educação Política não é pequena. É um pensamento ingênuo de quem acha que a política limita-se à política partidária. A própria diversidade de conteúdos diferentes encontradas na literatura (educação para a cidadania,

educação para os direitos humanos, educação para a democracia, entre outros) já demonstrada sugere essa amplitude. Todavia, diante de tantas possibilidades, não podemos prescindir do básico.

Desta forma, propostas de educação política na escola precisam dar atenção a temas como: noção básica de democracia; conceito de cidadania; história da política (no Brasil e no mundo); direitos e deveres do cidadão; funções de cada um dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário); funções de cada um dos cargos políticos; responsabilidades específicas de cada nível federativo (municipal, estadual e federal); processo legislativo (como se faz uma lei); sistema eleitoral; mídia e política; entre outros no mesmo sentido, todos esses assuntos citados podem ser tratados pelo professor com o intuito de orientar o aluno a fazer uma boa escolha na hora de eleger seus representantes, o professor não precisa dizer quem o aluno tem que escolher, mas deve mostrar a realidade dos fatos e deixar que seus alunos tirem suas próprias conclusões.

O movimento “escola sem partido” criado em 2004, visa proibir esse tipo de discussão em sala de aula e que defende a “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” acaba tornando a escola uma mera reprodutora da ideologia neoliberal, diminuindo a função da escola, que é de preparar o indivíduo para viver em sociedade e saber escolher seus representantes. Projetos de lei com essa temática já estão em pauta no Congresso Nacional (PL 867/2015), no estado de Alagoas e nas cidades do Rio de Janeiro e Campo Grande. Os professores criticam: “Um bom professor sabe expor política sem defender X ou Y. O papel dele tem que ser o de contribuir para que os alunos se tornem críticos, aprendam a interpretar textos, inclusive os jornalísticos, e busquem conhecer os dois lados de uma história, antes de decidir de qual lado ficar”.

A sociedade brasileira é formada por diversas classes sociais, estas por sua vez possuem interesses antagônicos. Como manter uma igualdade social numa sociedade formada por classes com interesses tão diferentes? Numa sociedade tão grande como essa é normal que haja diferentes classes sociais, no entanto a educação deve ser direcionada para uma convergência de interesses que privilegie o bem social igual para todas as classes, a partir de uma educação política mais igualitária que não privilegie uma em detrimento da outra.

A Educação Política para a democracia precisa mostrar a realidade da sociedade, mostrar fatores relevantes, projetos sem nexos, propostas mirabolantes, onde precisa melhorar, onde existe falhas, práticas e comportamentos que dizem respeito não só ao governante, mas também ao cidadão no cotidiano. Despertar o interesse dos alunos a participar efetivamente das discussões sobre política contribuirá para fortalecer o senso crítico dos alunos e para uma melhor escolha de

seus representantes. O desenvolvimento dessa prática valorativa deve ser salutar, não só ao estudante que participa das atividades de formação política, como para sociedade de forma geral, pois os mesmos acabam influenciando a sociedade a participar das discussões políticas, contribuindo para a construção de uma consciência política mais crítica e, conseqüentemente, uma sociedade mais democrática, onde todos participam efetivamente do sistema político com mais criticidade.

A questão é mais complexa do que se nos apresenta, pois, juntamente com esse olhar mais crítico, devemos também nos policiar para não assumirmos posições políticas partidárias e nem perdermos de vista a especificidade da escola.

2 A ESCOLA COMO REPRODUTORA DO PENSAMENTO BURGUÊS

A escola pública, cada vez mais está sendo controlada por políticas autoritárias e se afastando do verdadeiro papel da escola, que é o de educar e formar cidadãos críticos para atuar na sociedade, e aproximando-se de uma escola reprodutivista. A escola é o lugar onde se encontra vários pensamentos e opiniões diferentes para compreender a organização e os problemas sociais, é o lugar onde tem profissionais com o dever de despertar nos alunos o interesse para debater esses assuntos.

As relações entre a política, escola e cidadania estão intrinsecamente relacionados e são conteúdos inerentes à escola, que é o lugar de socialização e é onde se desenvolve o senso crítico. Porém, ainda existe uma relação muito forte da classe dominante com a escola, está por sua vez defende a escola como forma de controle social, e acaba colaborando com o dualismo escolar, que seleciona em vez de socializar; a partir de um currículo tradicional a classe dominante define quem vai ser dominado e quem vai dominar, o sistema capitalista defende uma escola reprodutora de conhecimento, que treina em vez de educar, que produza mão de obra para fortalecer o mercado, já que esse sistema depende da classe dominada para ser submissa a ele. Para que esse sistema seja conservado a classe dominante defende uma “escola sem partido” para que o indivíduo não tenha conhecimento da realidade e sirva como fantoches para essa classe.

Para Weber, a escola atende às necessidades da sociedade capitalista, treinando em vez de educar. Educar é preparar as pessoas para a vida de um modo geral; é estimular as capacidades argumentativas e crítica; é facilitar uma visão ampla e humanista da sociedade. Treinar é

simplesmente transmitir uma série de conhecimentos práticos e teóricos, a fim de adequar os indivíduos para a execução de determinadas tarefas.

A nova Reforma do Ensino Médio apesar de seus pontos positivos, o que prevalece são seus pontos negativos, pois contribui para um ensino sem senso crítico, pautado numa ideologia neoliberal que defende uma escola de efetivo instrumento de controle social, com saberes meramente especulativo, corroborando com (BUFFA, 2000).

Com essa nova reforma, disciplinas como História e Geografia, entre outras, que tratavam sobre política, passam a serem opcionais. História e Geografia e todas as outras disciplinas que, a partir da nova reforma, deixam de serem obrigatórias, possuem uma história com grande carga de influência da política que determinara a função destas e contribuem para fortalecer o pensamento crítico dos alunos. Essa nova reforma contribui mais para o descaso do ensino público, pois, além de contribuir para a falta de senso crítico dos alunos, limita o conhecimento aprendido pelos mesmos, o que o impossibilita de ter novas experiências com outras matérias que são importantes para os alunos e a partir daí o aluno tire suas dúvidas, se interessa ou não pela matéria.

Para conseguirmos a necessária e tão desejada transformação da educação pública do país, devemos desenvolver a consciência de que a educação, assim como a política, é manifestação da prática social, que desempenha um papel vital numa sociedade dividida em classes. Sociedade de classes, cujas classes possuem interesses antagônicos (ARROYO *apud* BUFFA, 2000).

Uma sociedade capitalista é desigual e injusta, para que isso se conserve, a escola acaba contribuindo para esse capitalismo a medida que lida com os elementos simbólicos produzidos pela subjetividade e mediados pelos instrumentos culturais, ou seja, percebe-se que os alunos não têm o mesmo tratamento na sala de aula. O pensamento pedagógico moderno não se deteve a pensar e a trabalhar com a realidade das relações sociais, como confronto de interesses, interesses individuais, interesses de classes e como esses interesses trespassam o convívio social e o “artifício calculado do convívio político” (ARROYO *apud* BUFFA, 2000).

Um pensamento pedagógico crítico, reflexivo, que busca a transformação social, deve analisar a realidade brasileira. Um país capitalista, caracterizado por uma sociedade autoritária e hierarquizada em que os direitos tanto do homem quanto do cidadão não existem. Não existem nem para a elite, visto que ela não precisa, pois, possui privilégios, estando acima da lei (um paradoxo do *perfeito* Estado democrático de direito burguês). E não existe para a maioria da população, o proletariado, pois suas tentativas de consegui-los são sempre encaradas como problema de polícia e tratados com todo o rigor de um Estado repressor (BUFFA *apud* CHAÚÍ, 1982).

O sistema educacional brasileiro ainda segue as normas de um Estado opressor, que aliena, principalmente a classe mais desfavorecida, pois é a que mais precisa do sistema público educacional, essa classe social encontra-se presa a um sistema que as acostuma a viverem de acordo com a ideologia historicamente dominante, através dos “Saberes Práticos” (SAVIANI *apud* ALTHUSSER, S. D: 64). Programas de avaliação como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) acabam direcionando as escolas a ensinarem apenas os conteúdos que mais são cobrados nesse exame. Sobre a base da força simbólica, o sistema se mantém através da reprodução e reforços desse exame, força simbólica que muitas vezes a escola ajuda a reforçar.

No entanto, é possível fazer uma profunda reforma na escola, a partir de seu interior, condizente com a realidade à sua volta, e mantendo uma preocupação constante com os conteúdos e procedimentos que garantam que esses conteúdos sejam realmente assimilados (SAVIANI, 2000).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo situam-se o percurso metodológico deste estudo que se inclui a natureza da pesquisa e a pertinência do estudo na área das políticas educacionais a partir da contribuição dos alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Benjamim Maranhão.

Sequencia-se o contexto, os sujeitos participantes, os instrumentos utilizados e o lócus da pesquisa.

3.1 O Contexto da Pesquisa

Este estudo foi feito na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Benjamim Maranhão situada no Município de Araruna, Estado da Paraíba.

3.2 Os sujeitos da pesquisa

Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa de campo na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Benjamim Maranhão, onde participaram uma amostra de 100 alunos da mesma.

3.3 O tipo de pesquisa

A perspectiva metodológica empírica do presente trabalho se situa de acordo com os objetivos deste estudo que visam à disseminação das políticas públicas através de uma análise crítica a partir de atores como (BUFFA, 2000) e (SAVIANI, 2000). Assim, optou-se pela realização de uma pesquisa do tipo *quali-quantitativa descritiva*, sendo bibliográfica e de campo, em conformidade com Minayo (2010).

As pesquisas descritivas servem para encontrar e descrever características de certa população, bem de acordo com o planejado para a realização deste trabalho.

3.4 Instrumentos utilizados

Para a realização da pesquisa empírica foi feito o uso do questionário, por ser um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, a ser respondido sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 1999, p.100) e que tem por objetivo coletar dados de um grupo de respondentes. Aqui, procurou-se identificar o conhecimento prévio de parte dos alunos acerca do tema política e a escola.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos dados podemos constatar que o tema política não vem sendo discutido com muita frequência em sala de aula pelos professores do ensino médio da cidade de Araruna/PB; no entanto, os alunos demonstraram interesse pelo tema, bem como sua importância para formação do cidadão. Quanto à carência no que diz respeito ao conhecimento político, concluímos que é devido ao controle do Estado sobre a escola para favorecer o mercado capitalista e seus interesses. Por conta dessa carência, percebemos que os alunos da escola entrevistada não têm um conhecimento aprofundado sobre o tema, já que a maioria aprovou a Nova Reforma do Ensino Médio. Essa resposta se contrapõe às demais.

Quando perguntamos se seus professores comentam sobre política em sala de aula apenas 21% responderam que sim, 28% que não, 48% responderam, de vez em quando e 3% não souberam responder, conforme o gráfico 1, ratificando o que foi dito anteriormente.



Já a respeito do interesse do tema pelos alunos, quando perguntamos se eles achavam importante que o tema política seja discutido em sala de aula, eles responderam o seguinte: 64% responderam que sim, 14% não, 19 % responderam que tanto faz e 3% não souberam responder, conforme o gráfico 2. Quando perguntados se eles discutiam sobre política no seu dia a dia 55% responderam que sim e 45% que não, conforme o gráfico 3.

GRÁFICO 1

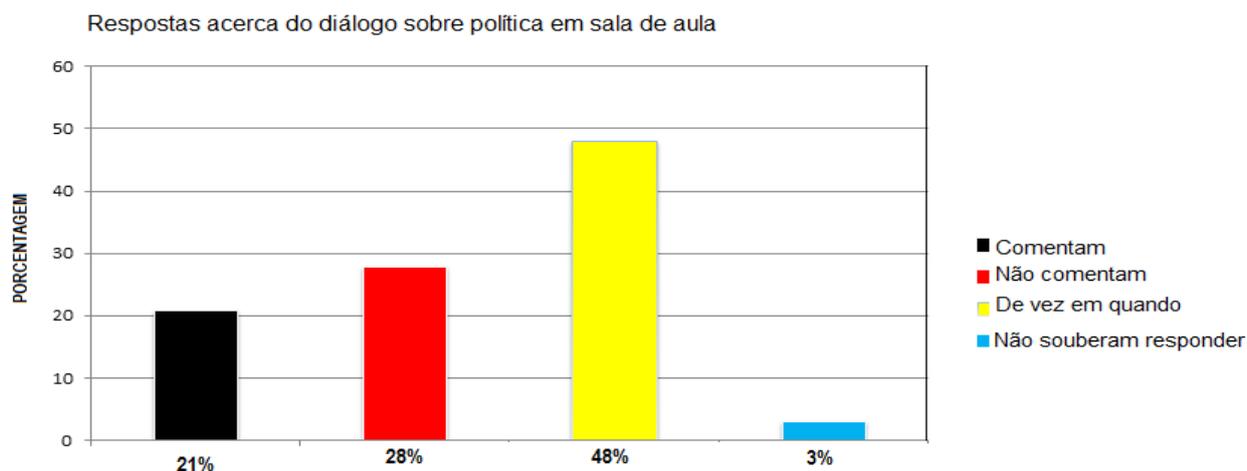


GRÁFICO 2

Respostas acerca da importância da discussão da temática em sala de aula.

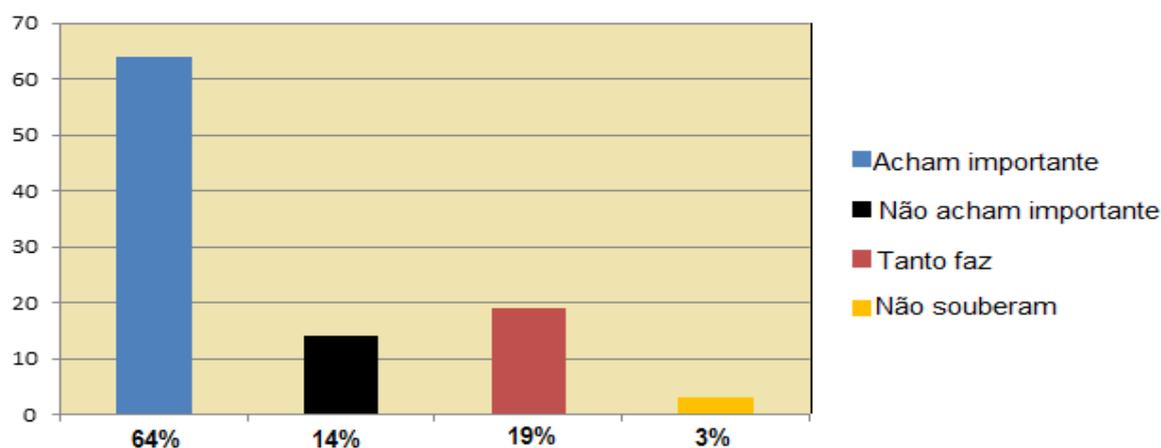
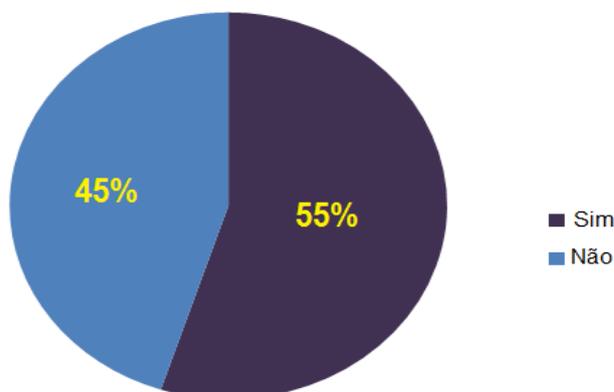


GRÁFICO 3

Respostas acerca da pergunta: Você discute sobre política no seu dia a dia?



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo vê a escola como uma fábrica capacitadora de mão de obra, onde os saberes políticos e sociais não são relevantes para formação do cidadão. O aluno é visto como um mero consumidor do ensino e o professor fica conhecido como um funcionário treinado para capacitar os seus alunos para o mercado de trabalho. Esse modelo de escola não condiz com o seu verdadeiro significado, já que esta, além de formar profissionais para o mercado de trabalho, tem uma função muito importante, que é a de formar cidadãos críticos e pensantes para o exercício da cidadania.

Na perspectiva histórico-social, a educação é concebida como processo individual e coletivo de constituição de uma nova consciência social e de reconstituição da sociedade pela rearticulação de suas relações políticas. A partir da pesquisa realizada percebe-se que, apesar de os alunos demonstrarem interesse pela temática, os professores da escola não estão dando a devida atenção ao debate político em sala de aula corroborando com (KANT, 1999).

Ao longo da pesquisa bibliográfica percebe-se que essa proposta de ensino mais técnico, proporcionada pelo sistema neoliberal, que gerou a nova Reforma do Ensino Médio, além de limitar mais o conhecimento, não contribui de forma positiva para a formação de cidadãos críticos, muito menos para formação superior, já que alguns cursos como os de licenciaturas exigem conhecimentos de mais de uma área. Isso contribuirá para o fortalecimento da dualidade escolar, que decide quem vai dominar e quem vai ser dominado.

A partir da opinião de 100 alunos do colégio Benjamim Maranhão, podemos ratificar a importância de se ter um ensino que abranja o conhecimento político de uma forma mais ampla em sala de aula, já que a maioria dos alunos demonstraram interesse pelo tema, assim como sua importância para formação dos cidadãos. A partir da pesquisa realizada percebemos que os alunos não têm um conhecimento político muito crítico, pois estes aprovaram a Reforma do Ensino Médio. Proporcionar uma educação política, crítica, aos nossos jovens contribuirá para formar cidadãos e até políticos mais conscientes, pois os cidadãos terão mais consciência crítica para eleger seus representantes, assim como saberem seus direitos e deveres como cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester et al. **Educação e cidadania**. Quem educa o cidadão? 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRAZOLINO, Fabrício Dias. **A relação entre política pública e a gestão escolar**. Licenciado em Ciências Biológicas – Faculdades Integradas Maria Thereza - RJ. disponível em: http://arquivos.5gsistemas.com.br/PosRedentor/arquivos/conteudo_54247657b0c7b. acesso em 05 de Agosto de 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. A educação na nova Constituição. Revista da Ande, São Paulo, v. 6, n. 12, 1987.

DRABACH, Neila Pedrotti – PPGE/UFSM. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3153_1770. Acesso em 05 de Setembro de 2017

EDUCACAO-POLITICA. Disponível em: <http://www.agambenbrasil.com.br/index.php/textos-e-producao/cinema-3/77-educacao-politica>. Acesso em 02 de Maio de 2017.

LEITE, Renato Costa. A relação entre o político e o pedagógico. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. Curso de Pedagogia - N. 8, JAN/JUN 2010.

MAPA EDUCAÇÃO, disponível em: <http://mapaeducacao.com/blog/educacao-politica-no-ambito-escolar/>. Acesso em 22 de Junho de 2017.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, nº 2, p. 113-128, jul./dez., 2002. Acessado em 01/09/2017.

SALA ABERTA. Disponível em: <https://salaaberta.com.br/projetos-revelam-a-importancia-de-discutir-politica-na-escola/>. Acesso em 02 de Maio de 2017.

SAVIANI, Dermeva. ética, educação e cidadania. Revista Nº 15. Uma reflexão sobre o sistema educacional brasileiro. 16 de maio de 2013. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/uma-reflexao-sobre-o-sistema-educacional-brasileiro/>. Acesso em 10 de Agosto de 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941-Filosofia da educação: construindo a cidadania/ Antônio Joaquim Severino-São Paulo: FTD, 1994.